



Quinta-Feira, 13 de Agosto de 2026

Júlio Campos confirma assinatura de CPI do caso Oi e cobra investigação dos fatos

CPI da Oi S.A em curso

Redação do rufandobombonews

O deputado estadual Júlio Campos, decano da Assembleia Legislativa de Mato Grosso, confirmou nesta quarta-feira que já assinou o requerimento para abertura de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) destinada a investigar o chamado caso Oi.

Em entrevista ao site Rufando Bombo News, Júlio afirmou que nunca se recusou a assinar pedidos de CPI apresentados por colegas. Segundo ele, a comissão é um instrumento legítimo do Parlamento para apurar fatos, ouvir os envolvidos e dar uma resposta à sociedade quando houver suspeitas relacionadas à atuação de agentes públicos e ao uso de recursos públicos.

“Quem não deve, não teme”, afirmou o deputado, ao defender a abertura da investigação. Para Júlio, não haveria razão para um parlamentar negar apoio a um requerimento destinado a esclarecer fatos concretos.

O deputado destacou ainda que, embora não haja, segundo ele, uma investigação conduzida pelas instituições estaduais sobre o caso, a situação já está sendo acompanhada por órgãos federais, como a Polícia Federal, o Ministério Público Federal e o Supremo Tribunal Federal (STF).

Júlio citou a Operação Heritage, deflagrada pela Polícia Federal no último dia 6, que teve entre os alvos o ex-governador Mauro Mendes, sua esposa, Viviana Mendes, o deputado federal Fábio Garcia e o ex-secretário-chefe da Casa Civil Mauro Carvalho.

Na avaliação do parlamentar, a investigação federal está avançada e poderá apontar responsabilidades caso sejam confirmadas as suspeitas levantadas. Ele também não descartou a possibilidade de novas operações policiais em Mato Grosso.

Ao comentar outros episódios que estão sob investigação, Júlio mencionou a CPI da Saúde e as suspeitas relacionadas aos empréstimos consignados, afirmando que, no atual cenário político, “tudo é possível”.

O deputado ainda criticou a atuação das instituições estaduais e afirmou que espera uma postura mais rigorosa das autoridades federais na apuração de eventuais irregularidades envolvendo recursos públicos.